

PESQUISA DE SATISFAÇÃO **TCETO 2025**



TRIBUNAL PLENO

CONSELHEIRO PRESIDENTE

ALBERTO SEVILHA

CONSELHEIRA VICE-PRESIDENTE

DORIS DE MIRANDA COUTINHO

CONSELHEIRO CORREGEDOR

JOSÉ WAGNER PRAXEDES

CONSELHEIROS

SEVERIANO JOSÉ COSTANDRADE DE AGUIAR
MANOEL PIRES DOS SANTOS
NAPOLEÃO DE SOUZA LUZ SOBRINHO
ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

ADAUTON LINHARES DA SILVA
FERNANDO CÉSAR BENEVENUTO MALAFAIA
JESUS LUIZ DE ASSUNÇÃO
LEONDINIZ GOMES
MÁRCIO ALUÍZIO MOREIRA GOMES
MOISÉS VIEIRA LABRE
ORLANDO ALVES DA SILVA

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

OZIEL PEREIRA DOS SANTOS

PROCURADORES

JOSÉ ROBERTO TORRES GOMES
MARCOS ANTÔNIO DA SILVA MODES
ZAILON MIRANDA LABRE RODRIGUES

EQUIPE DE GESTÃO

CHEFE DE GABINETE DE CONSELHEIRO

DIMAS BAÍA DE CASTRO FILHO

DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANDRÉ LUIZ LOBO DA ROCHA

DIRETORA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

DÊNIA MARIA ALMEIDA DA LUZ

CHEFE DO NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

ARLAN MARCOS LIMA SOUSA

CHEFE DE GABINETE DO INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

DAVID SIFFERT TORRES

ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

HEVERSON DE ALMEIDA BRAGA

PESQUISA DE SATISFAÇÃO - TCETO 2025

ELABORAÇÃO

ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

HEVERSON DE ALMEIDA BRAGA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

KELLEN CRISTINA SOARES WISNIEWSKI

LARISSE REJJANE OLIVEIRA LIMA

JOÃO KENNEDY BATISTA LIMA

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

LECTICIA AUXILIADORA DE FIGUEIREDO

JANAINA CAETANO

LUÍS CREMA SIQUEIRA CAMPOS

VINÍCIUS FERNANDES SIMOM

REVISÃO ORTOGRÁFICA

RAFAELA MARTINS MELO MEDEIROS

SUPERVISÃO

DIMAS BAÍA DE CASTRO FILHO

EDUARDO JOSÉ EFFGEN

PROJETO GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO

RONALDO CORDEIRO

*Permitida a reprodução da obra,
desde que citada a fonte, exceto para fins comerciais.*

*Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses (TCETO)*

*T631p Tocantins. Tribunal de Contas. Assessoria Especial de
Planejamento e Desenvolvimento Organizacional
Pesquisa de satisfação - TCETO 2025 [recurso eletrônico] /
Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.
Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento
Organizacional. --- Palmas, TO: TCE-TO, 2025.
E-book: PDF (22 p.); il. color.
Disponível em: <https://www.tceto.tc.br>*

*1. TCETO – Pesquisa– 2025. 2. Tribunal de contas - Atuação. I. Título.
CDD 341.3852
CDU 351*

Catalogação na publicação: SMS-CRB-2/635

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Av. Teotônio Segurado, Quadra 102 Norte Conjunto 01, Lotes 01 e 02.

77006-002 – Palmas – TO

Fone: (63) 3232-5800

www.tceto.tc.br

Apresentação



Apresento à sociedade tocantinense os resultados da Pesquisa de Satisfação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins no ano de 2025, ação estratégica integrante do Plano de Gestão 2025–2026. Esta iniciativa consolida nosso firme propósito de ampliar os espaços de diálogo institucional, fortalecendo a coprodução entre o Tribunal, os cidadãos e os diversos atores, com vistas ao contínuo aprimoramento do valor público gerado por nossa atuação.

A pesquisa, conduzida entre 17 de julho e 15 de outubro, constituiu-se em um instrumento essencial para ouvir aqueles que utilizam, acompanham ou interagem com os serviços prestados pela Corte. Contamos com a participação de 629 respondentes, entre cidadãos, servidores municipais e estaduais, gestores públicos, membros do controle interno, representantes da sociedade civil organizada e integrantes de conselhos de políticas públicas. A expressiva diversidade desse público evidencia a abrangência de nosso compromisso institucional e reafirma a importância de uma escuta qualificada, plural e responsável.

Nosso objetivo primordial foi mapear os temas de fiscalização que a população considera prioritários para atuação em 2025, conhecer o grau de satisfação quanto aos serviços oferecidos pelo Tribunal e identificar demandas de capacitação dirigidas à sociedade e aos gestores públicos. Os resultados revelam percepções valiosas, as quais servirão de base para o aprimoramento dos processos de comunicação, atendimento, fiscalização e educação corporativa, fortalecendo a efetividade das ações de controle externo.

Esta pesquisa não é apenas um levantamento estatístico, representa um marco na consolidação de uma cultura institucional orientada à participação social e à governança colaborativa. Ao integrar cidadãos e agentes públicos na avaliação de nossas práticas, reafirmamos que o controle externo somente alcança sua plenitude quando construído de forma dialógica, transparente e responsiva.

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins renova, assim, seu compromisso com a inovação, a accountability e a busca permanente pela excelência na gestão pública. A cada contribuição recebida, ampliamos nossa capacidade de entregar resultados que atendam às expectativas da sociedade e promovam o desenvolvimento sustentável do Estado.

Agradeço, em nome da instituição, a todos os que dedicaram seu tempo para participar deste processo. Seus relatos, percepções e sugestões serão incorporados ao planejamento institucional, guiando nossas decisões e fortalecendo a missão constitucional de zelar pela boa governança pública. Sigamos avançando, com responsabilidade e espírito republicano, na construção de uma instituição cada vez mais moderna, aberta ao diálogo e comprometida com o interesse coletivo.


Cons. Alberto Sevilha
Presidente TCETO

TCETO

Pesquisa de satisfação 2025



SUMÁRIO

1.1 Introdução.....	8
1.2 Apresentação, Metodologia, Perfil dos Respondentes.....	9
1.3 Conhecimento sobre o papel e as funções do TCETO.....	10
1.4 Grau de satisfação Geral do TCETO.....	11
1.5 Conhecimento sobre as ações de fiscalização.....	12
1.6 Carta de Serviços	13
1.7 Canais de comunicação da Ouvidoria.....	14
1.8 Canais de comunicação institucionais.....	15
1.9 Satisfação com as ações de capacitação.....	16
1.10 Demandas de capacitação para servidores públicos.....	17
1.11 Demandas de capacitação para a sociedade.....	18
1.12 Temas para Fiscalização.....	19

1.1 Introdução

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO), comprometido com a transparência, a inovação institucional e o aprimoramento contínuo de suas práticas, realizou, entre os dias 17 de julho e 19 de outubro, a Pesquisa de Opinião Pública voltada ao público interno e externo. A iniciativa, disponibilizada no portal eletrônico do Tribunal por um período de 94 dias, teve como objetivo conhecer a percepção da sociedade e dos diversos públicos de relacionamento quanto aos serviços, ações e resultados produzidos pela Corte de Contas.

Ao todo, 629 pessoas participaram da pesquisa, representando diferentes segmentos da sociedade e do setor público: 216 cidadãos, 23 membros ou servidores do TCETO, 72 gestores públicos municipais e estaduais, 17 integrantes do controle interno, 288 servidores públicos municipais ou estaduais, 5 representantes de organizações da sociedade civil e 8 membros de conselhos de políticas públicas.

Essa diversidade de participantes demonstra o alcance da pesquisa e reforça o compromisso do Tribunal em ouvir os múltiplos atores que interagem com suas atividades de controle, orientação e fiscalização.

A importância da pesquisa transcende o mero levantamento estatístico. Trata-se de um instrumento estratégico de governança participativa, que permite ao

Tribunal identificar percepções, expectativas e oportunidades de melhoria a partir da visão de seus públicos.

Ao integrar o cidadão e os agentes públicos no processo de avaliação, o TCETO fortalece a coprodução do controle externo, um conceito que valoriza a colaboração entre instituições e sociedade na construção de políticas e práticas públicas mais eficazes e transparentes.

Os resultados obtidos servirão como base para o planejamento institucional, orientando ações voltadas ao aperfeiçoamento da comunicação, do atendimento, da fiscalização e das atividades pedagógicas desempenhadas pela Corte. Dessa forma, a pesquisa contribui diretamente para o aprimoramento da prestação de contas e para a geração de valor público, consolidando o Tribunal de Contas como uma instituição moderna, aberta ao diálogo e sensível às demandas sociais.

Em síntese, esta pesquisa de opinião representa um passo relevante na consolidação de uma cultura organizacional orientada à escuta e à inovação. Ao valorizar a participação social e institucional, o TCETO reafirma seu compromisso com a transparência, a eficiência e a melhoria contínua dos serviços públicos, reforçando seu papel essencial na promoção da boa governança e do desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins.

1.2 Apresentação, Metodologia, Perfil dos Respondentes

O projeto da pesquisa de satisfação de 2025 integra o Plano de Gestão 2025-2026, o objetivo do projeto é realizar escuta ativa e fortalecimento do diálogo com a sociedade. A pesquisa constitui importante instrumento de governança, uma vez que permite identificar oportunidades de melhoria, aferir o impacto das ações de controle externo e fortalecer a transparência e a legitimidade institucional.

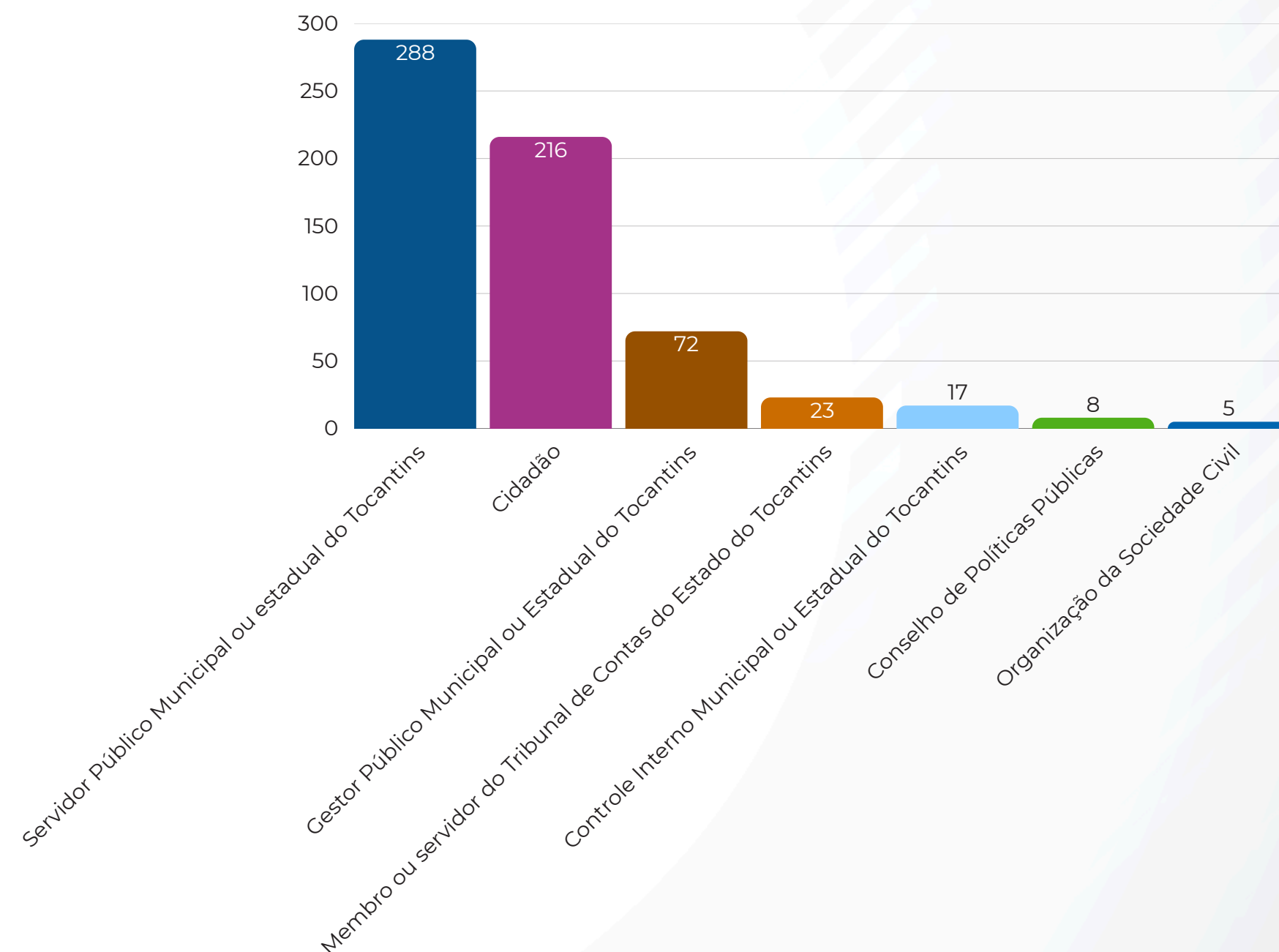
A pesquisa foi realizada de maneira quantitativa, por meio de um questionário eletrônico disponibilizado ao público no site institucional, entre 17 de junho e 19 de outubro de 2025, utilizando uma plataforma digital segura e de fácil acesso.

O instrumento de coleta contemplou perguntas de múltipla escolha e escalas de satisfação de 0 a 10, abrangendo aspectos como:

- conhecimento sobre o papel e funções do TCETO;
- grau de satisfação com os serviços e cursos oferecidos;
- uso dos canais de comunicação e ouvidoria;
- prioridades temáticas para capacitação e fiscalização.

A diversidade dos respondentes reforça o alcance da pesquisa e a representatividade dos segmentos que interagem com o Tribunal, conforme demonstrado na figura 1.

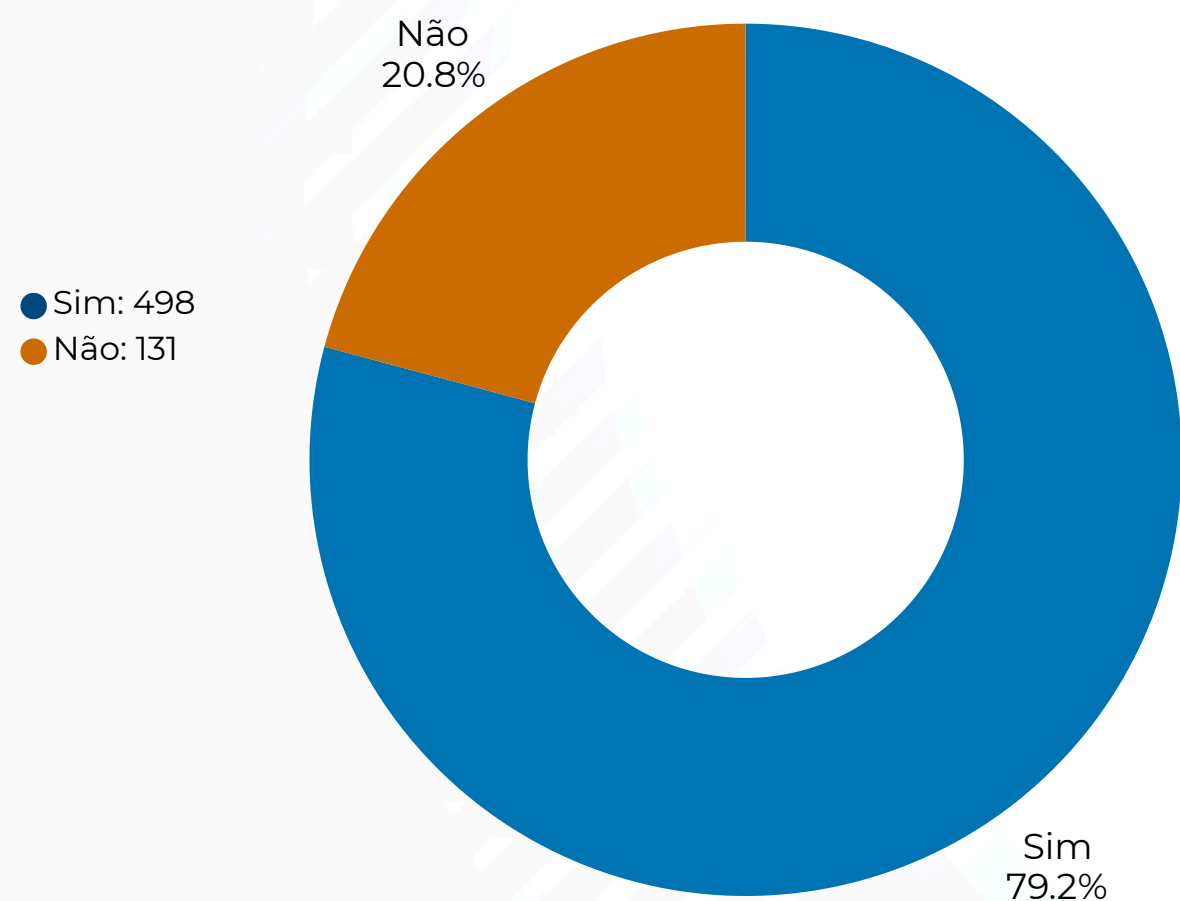
Figura 1: Perfil dos Respondentes



1.3 Conhecimento sobre o papel e as funções do TCETO

Quando questionados se sabem qual é o papel e as funções que o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins desempenha, 498 respondentes (79,2%) afirmaram possuir esse conhecimento, enquanto 131 (20,8%) declararam não conhecer as atribuições institucionais do TCETO, conforme ilustrado na figura 2.

Figura 2: Você sabe qual é o papel e as funções que o TCETO deve desempenhar?



Esse resultado evidencia que a maior parte dos participantes tem clareza sobre a missão e as competências do Tribunal, reconhecendo seu papel como órgão de fiscalização, orientação e promoção da boa governança pública.

A expressiva taxa de reconhecimento demonstra que as ações de comunicação institucional, cursos de capacitação, campanhas de orientação e publicações digitais têm contribuído para aproximar o Tribunal da sociedade e dos jurisdicionados.

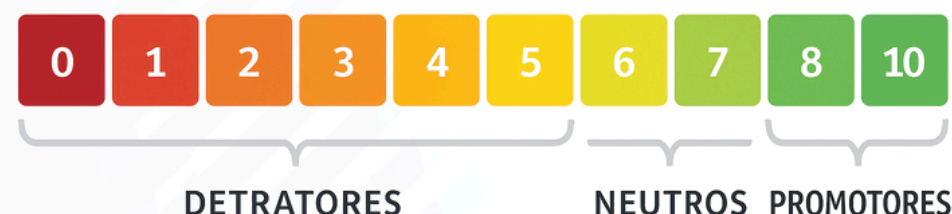
Por outro lado, o percentual de 20,8% de desconhecimento reforça a importância de ampliar o alcance das iniciativas educativas e de comunicação social, especialmente voltadas ao público cidadão, que muitas vezes tem contato indireto com o trabalho do TCETO.

Esse contexto revela uma oportunidade estratégica para aprimorar a divulgação das atividades do Tribunal em linguagem acessível, ampliando o impacto social de sua função pedagógica e consolidando sua imagem institucional como um órgão de controle externo próximo, transparente e comprometido com o interesse público.

1.4 Grau de satisfação Geral do TCETO

Para medir a satisfação com os serviços prestados pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO), foi aplicada a Net Promoter Score (NPS) que é uma metodologia utilizada para mensurar o grau de satisfação dos usuários em relação a produtos, serviços ou instituições. Por meio dessa métrica, é possível identificar a percepção geral do público sobre a qualidade do atendimento e dos serviços prestados, auxiliando a gestão na tomada de decisões voltadas à melhoria contínua e ao fortalecimento da relação com o cidadão.

A aplicação do NPS baseia-se em uma pergunta direta ao usuário: “ Marque de 1 a 10 para indicar qual o seu nível de satisfação com os serviços prestados pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)?” As respostas obtidas são classificadas em três grupos: Detratores (notas de 0 a 6), que representam usuários insatisfeitos; Neutros (notas de 7 e 8), que demonstram satisfação moderada; e Promotores (notas de 9 e 10), que expressam alto nível de satisfação e propensão a recomendar os serviços.

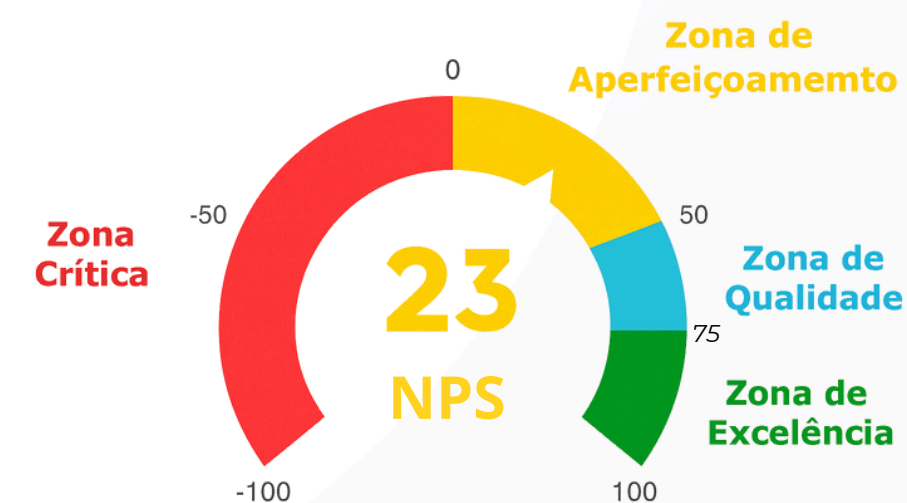


O cálculo do NPS é realizado subtraindo-se o percentual de Detratores do percentual de Promotores, resultando em um índice que varia de -100 a +100. A interpretação desse resultado segue a seguinte classificação: de -100 a 0 (Zona Crítica), de 1 a 50 (Zona de Aperfeiçoamento ou Boa), de 51 a 75 (Zona de Excelência) e de 76 a 100 (Zona de Excepcionalidade).

Com base nas 629 respostas válidas, obteve-se o seguinte resultado por número de respondentes: 286(promotores), 200(neutros) e 143(detratores). O resultado demonstra que quase metade dos participantes (46%) se enquadram como promotores, o que reforça a imagem positiva e a credibilidade institucional do TCETO perante a sociedade e os jurisdicionados. Já o grupo de detratores (23%) sugere a necessidade de intensificar estratégias de comunicação e educação institucional, para esclarecer o papel do TCETO e ampliar a compreensão sobre como suas atividades impactam positivamente o cotidiano da população

O índice de satisfação foi de 23 pontos, na zona de aperfeiçoamento, conforme ilustrado na figura 3, confirma que o Tribunal é visto como uma instituição confiável, técnica e comprometida com o uso responsável dos recursos públicos, mas também sinaliza oportunidades de fortalecer o vínculo com a sociedade e tornar a linguagem e os canais institucionais ainda mais acessíveis.

Figura 3 Nível de satisfação do TCETO.:



1.5 Conhecimento sobre as ações de fiscalização

Outro ponto avaliado na pesquisa foi o nível de informação das ações de fiscalização promovidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO). Para tanto, foi formulada a seguinte questão (pergunta 4): “Você ficou sabendo de alguma ação de fiscalização ou orientação realizada pelo TCETO?”

Dos 629 participantes, 429 (68%) afirmaram ter conhecimento de alguma ação realizada pelo Tribunal, enquanto 200 (32%) relataram não ter recebido informações sobre tais atividades, conforme ilustrado na figura 5..

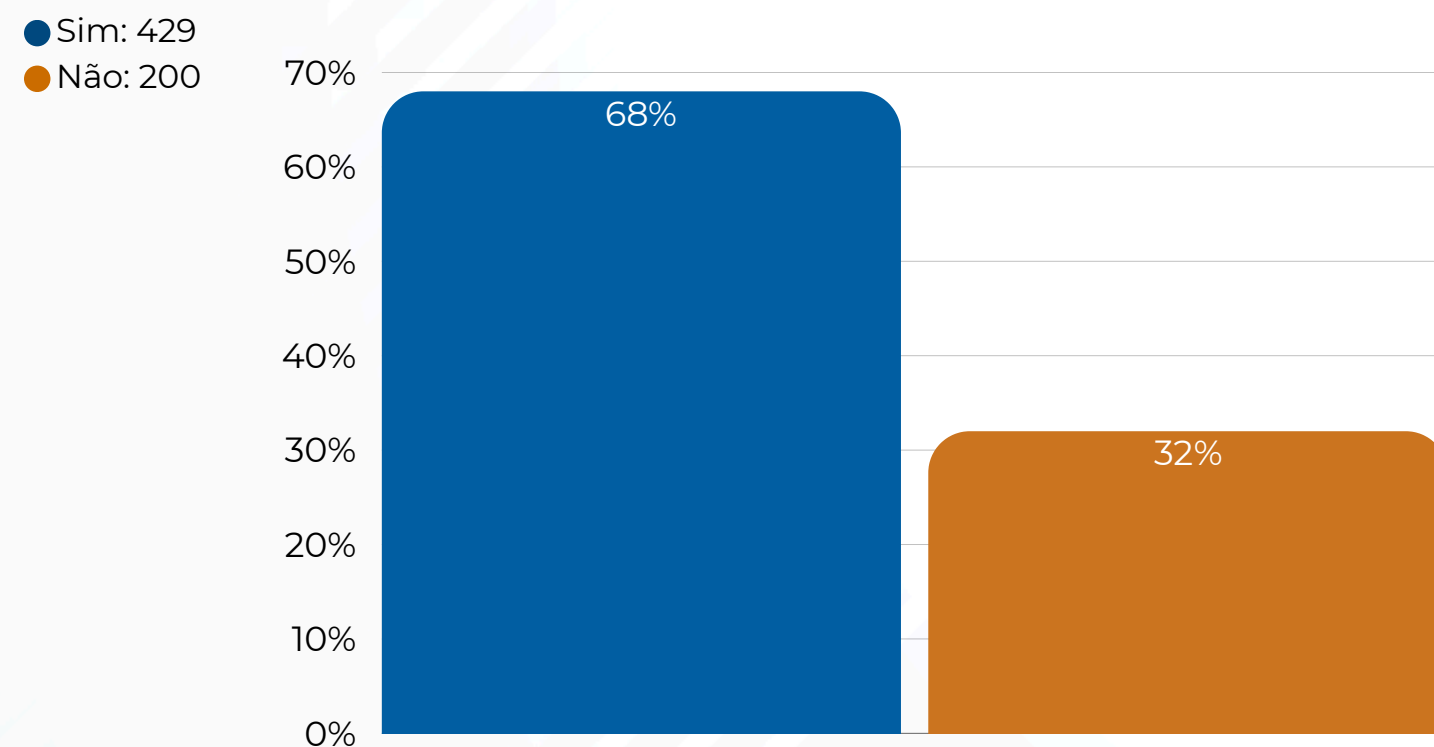
Esses resultados indicam que o TCETO vem conquistando crescente visibilidade junto à sociedade e aos jurisdicionados, especialmente entre servidores públicos municipais e estaduais (288 respondentes) e cidadãos (216 respondentes), que constituem a maior parte da amostra.

O elevado percentual de pessoas que reconhecem as ações do Tribunal evidencia o impacto positivo de suas iniciativas de fiscalização, orientação técnica e educação voltada ao cidadão, as quais foram desenvolvidas e divulgadas ao longo do período analisado.

Por outro lado, o fato de 32% dos participantes não terem conhecimento direto das atividades do TCETO aponta para uma oportunidade de comunicação institucional. Tal situação evidencia a necessidade de aprimorar a divulgação dos resultados das fiscalizações, auditorias e programas de orientação, de modo a ampliar a percepção e compreensão das ações do Tribunal pela população.

Diante disso, reforça-se a importância de intensificar estratégias de comunicação em linguagem acessível, utilizando canais de maior alcance, como site institucional, redes sociais, emissoras de rádio e parcerias locais. Dessa forma, os objetivos, resultados e benefícios das ações do TCETO poderão ser percebidos de maneira mais clara e efetiva pelos cidadãos.

Figura 4: Percepção dos respondentes sobre as ações de fiscalizações do TCETO em 2025

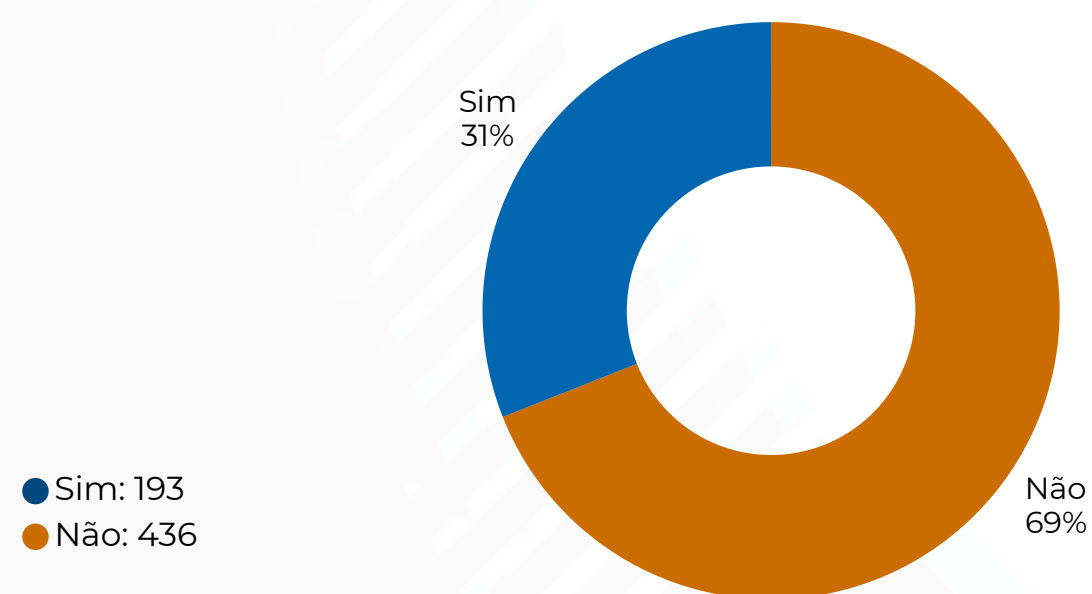


1.6 Carta de Serviços

A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, representa um marco importante na regulamentação dos direitos dos usuários dos serviços públicos, estabelecendo normas para a participação, proteção e defesa desses cidadãos perante a Administração Pública. Entre os dispositivos previstos, destaca-se a obrigatoriedade da divulgação da Carta de Serviços ao Usuário, instrumento destinado a informar de forma clara e detalhada os serviços prestados pelos órgãos públicos, seus procedimentos, prazos, requisitos e canais de atendimento.

Ao ser perguntado se conheciam a Carta de Serviços do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, entre os 629 respondentes, 436 (67%) afirmaram não conhecê-la, enquanto apenas 193 (31%) declararam ter conhecimento desse instrumento, conforme ilustrado na figura 6.

Figura 5: Você conhece a Carta de Serviços do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins?



A Carta de Serviços fortalece a cidadania, ao permitir que os cidadãos conheçam seus direitos, acompanhem a execução dos serviços públicos e exerçam seu papel de controle social.

Esse dado revela que o documento que tem como finalidade informar de forma clara e acessível os serviços prestados pela instituição e as formas de acesso a eles ainda não alcançou ampla difusão entre os públicos estratégicos.

Nesse contexto, o Plano Estratégico 2023–2030, ao instituir o indicador “Índice de serviços públicos prestados de forma digital”, e o Plano de Gestão 2025–2026, ao incluir o projeto de reestruturação da Carta de Serviços ao Cidadão, de responsabilidade da Ouvidoria, reafirmam o compromisso institucional com a modernização e a transparência.

Tais iniciativas têm como objetivo central aprimorar a Carta de Serviços do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, tornando-a mais acessível, dinâmica e alinhada às demandas da sociedade e aos princípios da transformação digital. Com isso, busca-se não apenas ampliar a divulgação das informações sobre os serviços oferecidos, mas também fortalecer o vínculo entre a instituição e o cidadão, promovendo uma atuação pública mais eficiente, participativa e orientada à qualidade no atendimento.

1.7 Canais de comunicação da Ouvidoria

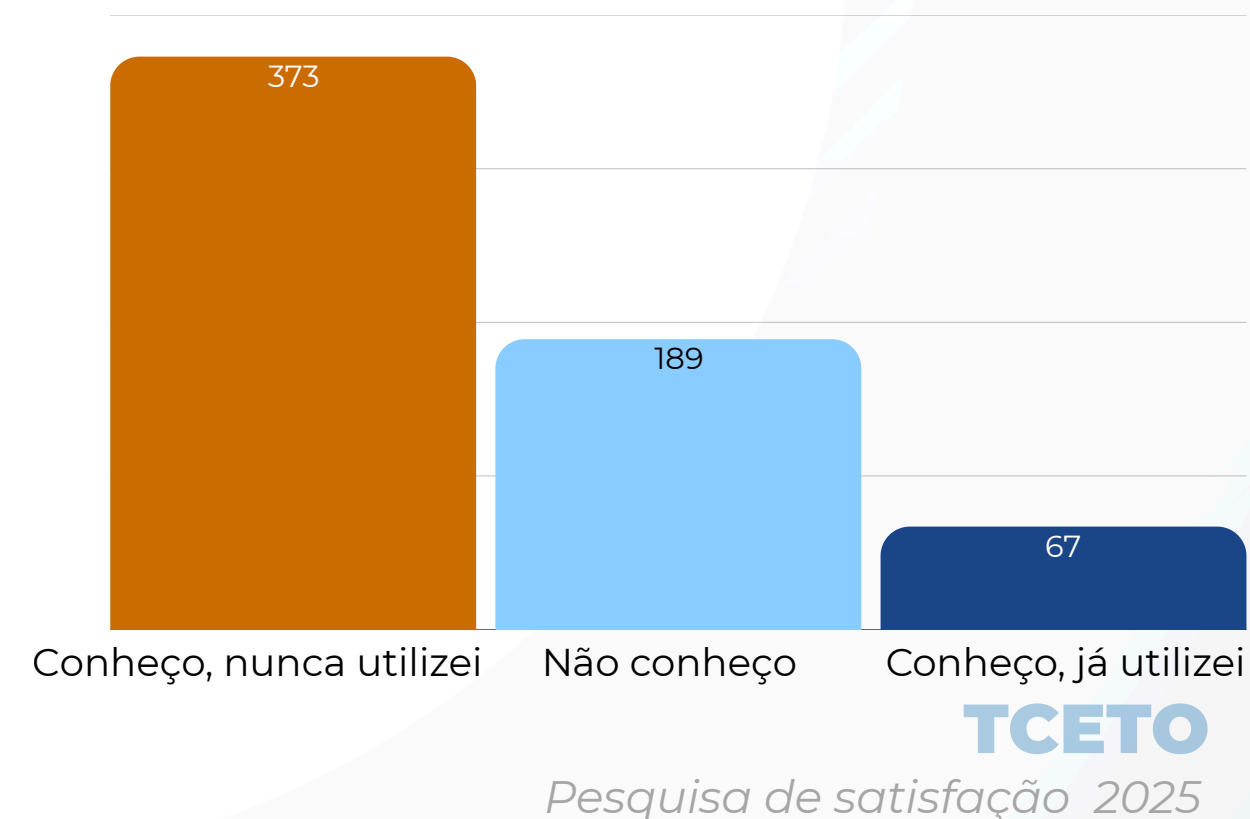
O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) desempenha papel fundamental na fiscalização da aplicação dos recursos públicos estaduais e municipais, garantindo que o dinheiro proveniente dos tributos seja utilizado de forma legal, eficiente e transparente. Para fortalecer sua atuação e aproximar-se da sociedade, o Tribunal mantém canais diretos de comunicação com o cidadão: a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Esses instrumentos são essenciais para assegurar a transparência, a participação social e a melhoria contínua da gestão pública, uma vez que possibilitam o acesso às informações de interesse coletivo, o acompanhamento da atuação institucional e a manifestação da população por meio de denúncias, sugestões, elogios ou reclamações.

Com o intuito de avaliar o nível de conhecimento da sociedade sobre esses canais, a pesquisa incluiu a seguinte questão: “Você conhece os canais de comunicação com a Ouvidoria do TCE-TO?” Os resultados demonstraram que, embora haja reconhecimento da importância do órgão, o alcance efetivo de seus canais de comunicação ainda é restrito.

Entre os 629 respondentes, 67 participantes (11%) afirmaram já ter utilizado algum canal da Ouvidoria, enquanto 373 (59%) declararam conhecer o canal, mas nunca tê-lo utilizado. Outros 189 (30%) informaram não conhecer os canais de comunicação disponibilizados pelo Tribunal. Esses dados indicam que, apesar de a Ouvidoria estar consolidada como ferramenta institucional de escuta e participação social, ainda persistem desafios relacionados à divulgação, à percepção de utilidade prática e ao estímulo ao uso ativo desses meios de comunicação.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de fortalecer as ações de comunicação e engajamento social, de modo a ampliar o alcance e a efetividade dos canais da Ouvidoria junto à sociedade. Nesse contexto, o Plano de Gestão 2025–2026 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins contempla uma série de iniciativas voltadas à promoção da transparência e ao estímulo à participação cidadã. Entre elas, destacam-se os projetos “Fomentar o Controle Social e a Participação Cidadã”, “Ouvidoria Day” e “Fiscalize em 1 Minuto”, que visam aproximar o Tribunal da população, disseminar informações sobre suas competências e incentivar o uso dos canais de escuta e manifestação.

Figura 6: Você conhece os canais de comunicação com a Ouvidoria do TCETO? Em caso positivo, Já utilizou algum?



1.8 Canais de comunicação institucionais

A pesquisa também buscou compreender quais canais de comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) são mais conhecidos e utilizados pelos públicos participantes.

O objetivo foi avaliar a efetividade da presença institucional nas plataformas digitais e identificar oportunidades de melhoria na estratégia de comunicação e transparência.

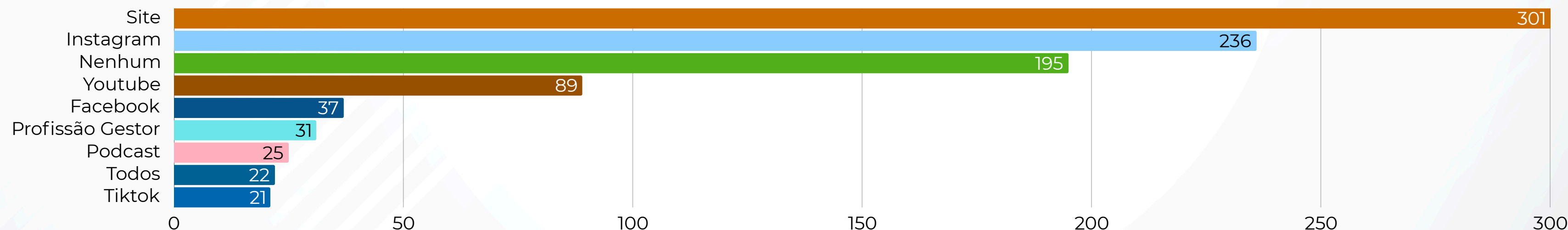
Os resultados apontam que o site institucional permanece como o principal meio de acesso às informações e serviços do Tribunal, citado por 301 respondentes. Em seguida, destaca-se o Instagram, com 236 menções, consolidando-se como o canal mais dinâmico e de maior interação social. O YouTube aparece com 89 indicações, sendo utilizado, principalmente, para acompanhar transmissões e vídeos informativos, enquanto o Facebook foi mencionado por 37 respondentes, indicando um alcance mais restrito.

Esse panorama demonstra que o TCETO mantém presença digital consistente e multicanal, com destaque para o site, que cumpre papel institucional de transparência e prestação de contas, e o Instagram, que aproxima o Tribunal do público de forma leve e acessível.

No entanto, os resultados também evidenciam a necessidade de expandir o uso dos canais para fins educativos e de engajamento cidadão, apresentando conteúdos que expliquem, em linguagem simples, como o controle externo atua e como o cidadão pode participar.

Iniciativas como campanhas temáticas, vídeos curtos, postagens explicativas e links diretos para serviços de Ouvidoria e Carta de Serviços podem fortalecer a percepção do TCETO como uma instituição transparente, próxima e pedagógica.

Figura 7: Canais de Comunicação do TCETO mais conhecidos pelos participantes da pesquisa



1.9 Satisfação com as ações de capacitação

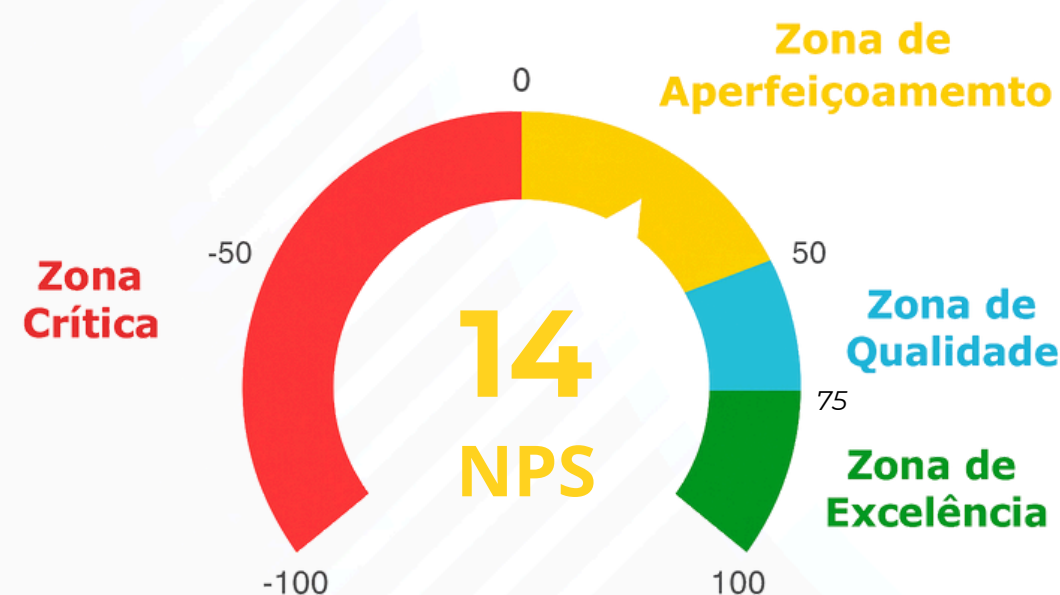
A pesquisa também avaliou o nível de satisfação dos participantes com os cursos, eventos e ações de capacitação promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO), voltados tanto a gestores e servidores públicos quanto à sociedade em geral.

Entre os 629 respondentes, observou-se a seguinte distribuição:

- Promotores (satisfeitos e engajados): 278 respondentes (44%)
- Neutros (satisfeitos de forma moderada): 164 respondentes (26%)
- Detratores (insatisfeitos ou pouco engajados): 187 respondentes (30%)

Com base nesses dados, o Índice de Satisfação Geral (NPS) obtido foi de +14 pontos, indicando zona de satisfação positiva, ainda que em patamar mais moderado do que o identificado na avaliação geral dos serviços do Tribunal.

Figura 8: Nível de satisfação com as ações de capacitação.



O resultado demonstra que quase metade dos participantes avalia positivamente as ações de capacitação, reconhecendo o papel do TCETO como instituição formadora e indutora de boas práticas de gestão pública.

Os promotores representam um público que percebe valor nos cursos e reconhece a relevância dos temas abordados, especialmente os voltados à transparência, licitações, orçamento público e responsabilidade fiscal.

O grupo de passivos (26%) indica satisfação moderada, sugerindo que há espaço para atualização metodológica e ampliação da oferta de cursos sobretudo em formatos híbridos e conteúdos voltados a demandas locais dos municípios.

Já os detratores (30%) representam um público que, embora menor, sinaliza necessidade de diversificação dos temas, adequação das cargas horárias e maior divulgação das oportunidades de capacitação.

Esse dado reforça a importância de intensificar o papel educativo da Instituto de Contas 5 de Outubro, utilizando estratégias de comunicação mais acessíveis e linguagem aplicada ao cotidiano da gestão pública.

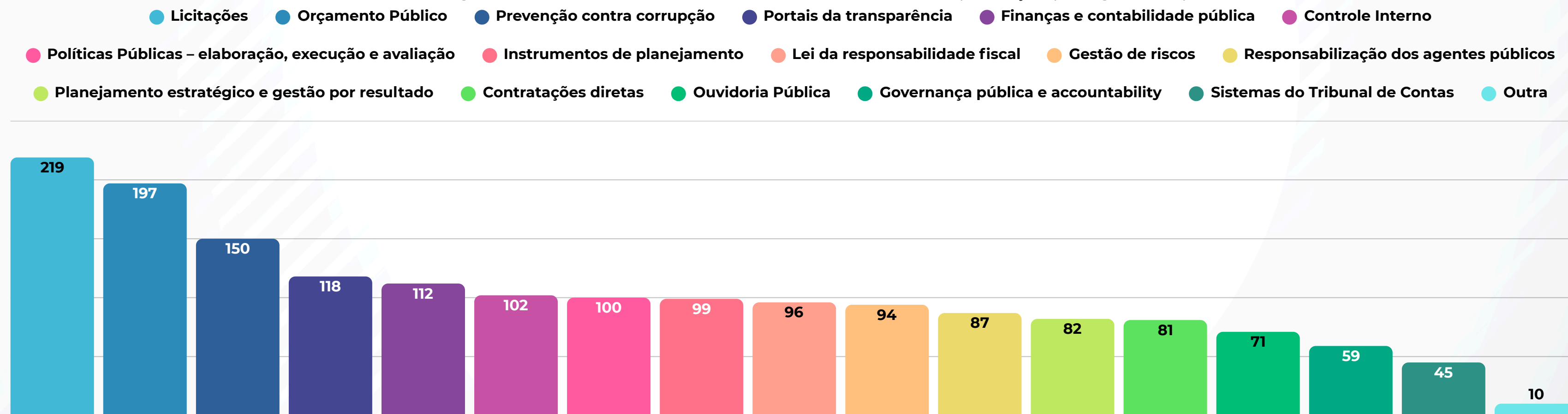
1.10 Demandas de capacitação para servidores públicos

A pesquisa buscou identificar as temáticas de maior interesse para cursos e eventos de capacitação e orientação a serem promovidos pelo TCETO para gestores públicos no ano de 2026.

Os resultados apontam expressivo interesse dos respondentes em assuntos diretamente vinculados ao aprimoramento da gestão pública e à conformidade normativa, com destaque para os temas Licitações (219 indicações), Orçamento Público (197) e Prevenção contra a Corrupção (150), que figuraram entre os mais mencionados, conforme figura 9.

Observa-se, ainda, relevância significativa atribuída a áreas como Controle Interno (102), Gestão de Riscos (94), Finanças e Contabilidade Pública (112) e Portais da Transparência (118), o que demonstra uma preocupação crescente com a boa governança e a efetividade dos mecanismos de controle e prestação de contas. Temas como Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados (82), Políticas Públicas: elaboração, execução e avaliação (100) e Responsabilização dos Agentes Públicos (87) também se destacam, revelando o interesse dos participantes por abordagens que integrem planejamento, execução e avaliação das ações governamentais.

Figura 9: Demandas de temas de cursos e eventos de capacitação para gestores públicos



1.11 Demandas de capacitação para a sociedade

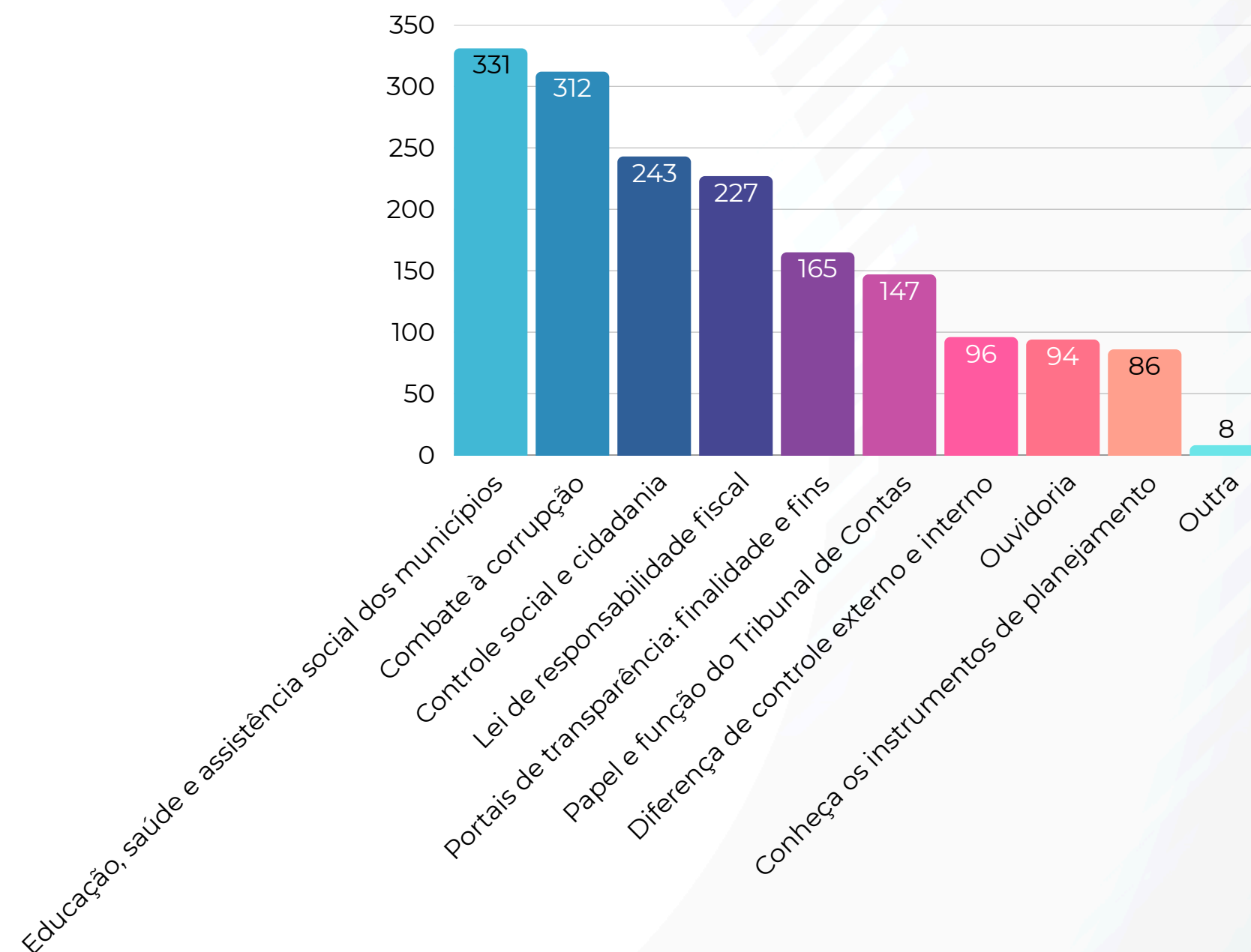
O levantamento também buscou identificar as temáticas de maior interesse da sociedade para cursos e eventos de capacitação e orientação a serem oferecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) nos próximos dois anos. Os resultados apontam uma forte demanda social por conhecimento sobre cidadania, transparência e fiscalização dos recursos públicos, o que reforça a importância do papel pedagógico do Tribunal como instituição de controle externo e educação cidadã.

O tema “Educação, saúde e assistência social dos municípios” (331 indicações) foi o mais lembrado, revelando que a sociedade demonstra interesse em compreender como o Tribunal acompanha as políticas públicas essenciais ao bem-estar coletivo. Essa prioridade reflete uma visão cidadã mais consciente, voltada para o impacto direto das ações de controle na melhoria dos serviços públicos.

O “Combate à corrupção” (312) aparece como o segundo tema mais citado, evidenciando que o cidadão espera do TCETO uma atuação firme e educativa na prevenção de irregularidades e na promoção da integridade pública. Já o tema “Controle social e cidadania” (243) reforça o reconhecimento do papel do Tribunal como agente de formação cidadã, estimulando o acompanhamento das contas públicas e o uso dos mecanismos de participação popular.

Outros temas de destaque, como “Lei de Responsabilidade Fiscal” (227) e “Portais da Transparência” (165), indicam que há interesse crescente por compreender como o controle externo e a gestão fiscal se relacionam com a transparência e a boa aplicação dos recursos públicos, conforme demonstrado na figura 10.

Figura 10: Demandas de temas de capacitação para sociedade.

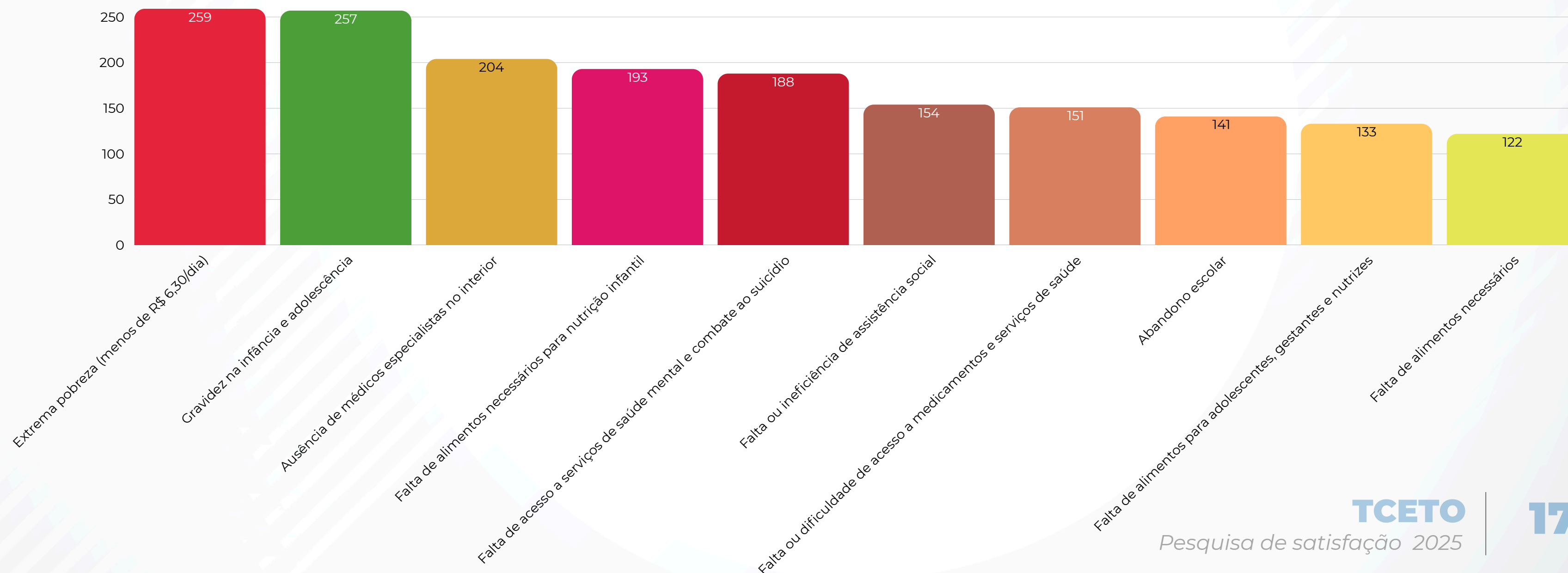


1.12 Sugestão de temas para ações de fiscalização

A Pesquisa de Satisfação e Consulta Pública 2025 pediu que os participantes escolhessem, entre 100 desafios apresentados, aqueles que mais afetam o dia a dia das pessoas no Tocantins. O objetivo foi ouvir a sociedade para ajudar o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) a definir quais áreas precisam de mais atenção e fiscalização nos próximos anos.

A escolha dos temas está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que tratam de melhorar a qualidade de vida e reduzir desigualdades. Os resultados mostram que a população está preocupada principalmente com pobreza, saúde, assistência social e educação. Os dez temas mais votados podem ser demonstrados na figura 11.

Figura 11: Temas que mais afetam a realidade do cidadão tocantinense: Consulta Pública TCETO 2025



1.12 Sugestão de temas para ações de fiscalização

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
1	Desvalorização dos professores, ausência de planos de carreira ou defasagem salarial	ODS 4 - Educação de qualidade	119
3	Falta de assistência em caso de exposição a riscos climáticos (secas, enchentes etc.)	ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima	118
4	Desemprego	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	106
5	Corrupção	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	97
6	Mortalidade infantil	ODS 3 - Saúde e bem-estar	91
7	Falta de vagas em creches	ODS 4 - Educação de qualidade	91
8	Ausência de alfabetização na idade certa	ODS 4 - Educação de qualidade	88
9	Mortalidade e ferimentos por acidentes de trânsito	ODS 3 - Saúde e bem-estar	86
10	Ausência de garantia de direitos de posse sobre sua terra	ODS 1 - Erradicação da pobreza	81
11	Falta de acesso a métodos de planejamento familiar	ODS 3 - Saúde e bem-estar	77

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
12	Violência contra mulheres e meninas, incluindo tráfico e exploração sexual	ODS 5 - Igualdade de gênero	77
13	Ausência ou inadequação do transporte escolar	ODS 4 - Educação de qualidade	74
14	Mortalidade prematura por falta de acesso à prevenção ou tratamento de saúde adequado	ODS 3 - Saúde e bem-estar	68
15	Estrutura insuficiente nas unidades escolares	ODS 4 - Educação de qualidade	66
16	Mortalidade e doenças causadas pela contaminação e poluição do ar e da água	ODS 3 - Saúde e bem-estar	65
17	Impactos de doenças transmissíveis e doenças tropicais	ODS 3 - Saúde e bem-estar	63
18	Mau uso do dinheiro e dos recursos públicos	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	63
19	Mortalidade materna	ODS 3 - Saúde e bem-estar	62
20	Desigualdade no acesso à educação de pessoas com deficiência, povos indígenas etc.	ODS 4 - Educação de qualidade	57
21	Insuficiência na oferta da educação especial	ODS 4 - Educação de qualidade	54

1.12 Sugestão de temas para ações de fiscalização

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
22	Remuneração muito baixa, insuficiente	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	54
23	Desigualdade no acesso à educação de jovens e adultos	ODS 4 - Educação de qualidade	53
24	Insuficiência no ensino e na aprendizagem de leitura e de matemática	ODS 4 - Educação de qualidade	50
25	Crime organizado	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	49
26	Discriminação contra mulheres e meninas	ODS 10 - Redução das desigualdades	48
27	Contratação irregular de pessoas na administração pública	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	46
28	Poluição da água	ODS 6 - Água potável e saneamento	43
29	Tráfico de drogas	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	41
30	Falta de dinheiro público para enfrentar problemas públicos	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	41
31	Falta de políticas efetivas de arrecadação de recursos públicos	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	41

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
32	Falta ou insuficiência de acesso à educação pré-escolar	ODS 4 - Educação de qualidade	40
33	Desigualdade de participação e falta de oportunidades para mulheres na liderança	ODS 5 - Igualdade de gênero	40
34	Violência sexual	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	38
35	Desigualdade de gênero na educação	ODS 5 - Igualdade de gênero	36
36	Falta de apoio para o desenvolvimento do comércio, dos serviços e do empreendedorismo	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	35
37	Violência doméstica	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	35
38	Falta de ações voltadas para o crescimento econômico local	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	35
39	Ausência de acesso a saneamento básico (esgoto, coleta de lixo etc.) e higiene	ODS 6 - Água potável e saneamento	34
40	Falta de vacinas	ODS 3 - Saúde e bem-estar	32
41	Violência física ou psicológica	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	31

1.12 Sugestão de temas para ações de fiscalização

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
42	Trabalho infantil	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	30
43	Desigualdade de oportunidades de estudo, trabalho e obtenção de renda	ODS 10 - Redução das desigualdades	30
44	Serviços públicos prestados de forma insuficiente	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	29
45	Trabalho informal ou subemprego	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	28
46	Contratações e compras públicas ineficientes	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	28
47	Ausência de coleta de resíduos sólidos	ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	27
48	Decisões públicas que não correspondem aos interesses da comunidade	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	26
49	Desvalorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado	ODS 5 - Igualdade de gênero	25
50	Ausência ou insuficiência de acesso a cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva	ODS 3 - Saúde e bem-estar	24
51	Falta de acesso às tecnologias de informação e comunicação	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	24

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
52	Falta de publicidade dos atos públicos e/ou falta de acesso à informação	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	24
53	Poluição do ar	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	23
54	Falta de acesso à justiça	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	23
55	Exploração infantil	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	23
56	Falta de investimento em tecnologia	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	23
57	Políticas públicas não eficientes, eficazes ou efetivas	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	22
58	Falta de investimento em capacidade tecnológica do setor industrial	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	21
59	Falta de investimento em infraestrutura segura, sustentável e de boa qualidade	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	21
60	Falta de segurança em locais públicos, especialmente para mulheres, crianças e pessoas vulneráveis	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	21
61	Falta de espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	20

1.12 Sugestão de temas para ações de fiscalização

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
62	Dificuldade de acesso a água potável (limpa)	ODS 6 - Água potável e saneamento	19
63	Discriminação de pessoas por raça, cor, gênero, religião etc.	ODS 10 - Redução das desigualdades	19
64	Desperdício de alimentos	ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável	18
65	Necessidade de melhoria das condições de acesso a serviços financeiros	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	17
66	Falta de sistemas de transporte seguros e a preço acessível para todas as pessoas	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17
67	Trabalho forçado ou escravo	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	15
68	Não proteção dos direitos humanos	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	14
69	Crimes violentos contra a vida (homicídios, latrocínios, lesões seguidas de morte)	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	14
70	Falta ou insuficiência de distribuição de água	ODS 6 - Água potável e saneamento	13
71	Turismo não sustentável (que prejudica o meio ambiente)	ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	13

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
72	Destruição de ecossistemas terrestres (solo e água doce)	ODS 15 - Vida terrestre	13
73	Outra	ODS 17 - Parcerias e meios de implementação	12
74	Descumprimento de ordem na lista de espera para matrícula em escolas e creches	ODS 4 - Educação de qualidade	11
75	Risco de falta de energia	ODS 7 - Energia limpa e acessível	11
76	Insuficiência de combustíveis e tecnologias limpas e energias renováveis	ODS 7 - Energia limpa e acessível	11
77	Geração e tratamento inadequado de resíduos perigosos (ex.: lixo hospitalar)	ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	11
78	Falta de acesso regular à energia elétrica	ODS 7 - Energia limpa e acessível	10
79	Falta de acesso a serviços financeiros, bancários e de seguros	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	10
80	Estrago, destruição ou desgaste do patrimônio cultural e natural	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	10
81	Desordem na urbanização e/ou ocupação do solo	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	9

1.12 Sugestão de temas para ações de fiscalização

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
82	Falta de ações e planejamento para apoiar afetados pelas mudanças climáticas	ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima	8
83	Pesca predatória	ODS 14 - Vida na água	8
84	Número de mortes e lesões por acidentes de trabalho	ODS 3 - Saúde e bem-estar	7
85	Tráfico de pessoas	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	7
86	Realização prematura ou forçada de casamentos e uniões estáveis para meninas	ODS 5 - Igualdade de gênero	6
87	Falta de atenção à transformação das indústrias não sustentáveis	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	6
88	Mortes e perdas econômicas decorrentes de catástrofes	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	6
89	Uso de recursos naturais de modo não sustentável	ODS 15 - Vida terrestre	6
90	Perda de biodiversidade por ação humana	ODS 15 - Vida terrestre	6
91	Crimes violentos contra o patrimônio (roubos, extorsão, sequestro)	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	5

Nº	TEMA	ÁREA TEMÁTICA	VOTOS
92	Extração de recursos naturais que coloca em risco habitat natural	ODS 15 - Vida terrestre	1